

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	5.219.661	5.032.293
1.01	Ativo Circulante	3.037.699	2.911.934
1.01.01	Disponibilidades	166.203	158.076
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	587.636	525.778
1.01.02.01	Aplicações no mercado Aberto	440.563	380.755
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	147.073	145.023
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	576.879	545.657
1.01.03.01	Carteira Própria	405.532	325.433
1.01.03.02	Vinculados a Compra e Recompra	167.988	216.957
1.01.03.05	Vinculados a Prestação de Garantias	3.359	3.267
1.01.04	Relações Interfinanceiras	296.647	268.990
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	6.073	11
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	289.674	268.066
1.01.04.04	Correspondentes	900	913
1.01.06	Operações de Crédito	1.269.481	1.235.369
1.01.06.02	Setor Privado	1.352.034	1.312.026
1.01.06.03	(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	-82.553	-76.657
1.01.08	Outros Créditos	137.401	174.524
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	995	813
1.01.08.02	Rendas a Receber	966	1.144
1.01.08.04	Diversos	140.831	178.052
1.01.08.05	(Provisão p/ Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-5.391	-5.485
1.01.09	Outros Valores e Bens	3.452	3.540
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	4.114	4.670
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-2.710	-3.126
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	2.048	1.996
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.068.428	2.009.444
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	275.388	274.891
1.02.02.01	Carteira Própria	275.388	274.891
1.02.03	Relações Interfinanceiras	51.883	49.137
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	51.883	49.137
1.02.05	Operações de Crédito	1.638.405	1.582.827
1.02.05.02	Setor Privado	1.741.807	1.680.804
1.02.05.05	(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	-103.402	-97.977
1.02.07	Outros Créditos	102.752	102.589
1.02.07.01	Diversos	102.752	102.589
1.03	Ativo Permanente	113.534	110.915
1.03.01	Investimentos	33	33
1.03.01.04	Outros Investimentos	171	171
1.03.01.04.01	Outros Investimentos	167	167
1.03.01.04.02	No Exterior	4	4
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-138	-138
1.03.02	Imobilizado de Uso	85.212	84.210
1.03.02.01	Imóveis de Uso	45.389	45.389
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	121.447	121.853

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1.03.02.03	(Depreciações Acumuladas)	-81.624	-83.032
1.03.04	Intangível	28.289	26.672
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	38.295	34.960
1.03.04.02	(Amortização Acumulada - Intangível)	-10.006	-8.288

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	5.219.661	5.032.293
2.01	Passivo Circulante	4.132.735	4.090.908
2.01.01	Depósitos	3.753.949	3.551.588
2.01.01.01	Depósitos a Vista	924.686	1.002.071
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	784.076	789.627
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	203.072	200.270
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	1.842.115	1.559.620
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	168.019	216.869
2.01.02.02	Carteira Própria	168.019	216.869
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.035	155.261
2.01.03.01	Recursos de Letras Hipotecárias	0	155.261
2.01.03.03	Recursos de Letras Financeiras	7.035	0
2.01.04	Relações Interfinanceiras	19.197	282
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	18.935	0
2.01.04.02	Correspondentes	262	282
2.01.05	Relações Interdependências	196	361
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	183	246
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	13	115
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	976	976
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	1.107	1.194
2.01.09	Outras Obrigações	182.256	164.377
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	17.931	1.162
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	5.841	5.922
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	28.767	27.741
2.01.09.04	Negociação e Intermediação de Valores	0	73
2.01.09.05	Diversas	129.717	129.479
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	498.116	372.069
2.02.01	Depósitos	323.093	348.166
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	323.093	348.166
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	159.967	6.825
2.02.03.01	Recursos de Letras imobiliárias	0	6.825
2.02.03.02	Recursos de Letras Financeiras	159.967	0
2.02.09	Outras Obrigações	15.056	17.078
2.02.09.01	Diversas	15.056	17.078
2.05	Patrimônio Líquido	588.810	569.316
2.05.01	Capital Social Realizado	480.478	480.478
2.05.01.01	Ações Ordinárias - País	480.478	480.478
2.05.04	Reservas de Lucro	88.838	88.838
2.05.04.01	Legal	7.403	7.403
2.05.04.02	Estatutária	81.435	81.435
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	19.494	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	319.973	256.741
3.01.01	Operações de Crédito	269.618	216.038
3.01.02	Resultado de Op. de Tit. Val. Mobiliários	43.300	36.544
3.01.03	Resultado das Aplicações Compulsórias	5.483	4.159
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	1.572	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-141.432	-113.215
3.02.01	Despesas de Captação no mercado	-96.581	-78.441
3.02.02	Despesas de empréstimos e repasses	-174	-1
3.02.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-44.637	-34.421
3.02.04	Resultado das operações de câmbio	-40	-352
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	178.541	143.526
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-108.641	-88.662
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	15.519	13.207
3.04.02	Despesas de Pessoal	-56.571	-44.166
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-53.326	-42.402
3.04.03.01	Água, Energia e Gás	-1.541	-881
3.04.03.02	Aluguéis	-2.255	-1.435
3.04.03.03	Comunicações	-6.581	-5.189
3.04.03.04	Manutenção e Conservação de Bens	-1.754	-1.221
3.04.03.05	Material	-661	-399
3.04.03.06	Processamento de Dados	-10.369	-7.791
3.04.03.07	Promoções e Relações Públicas	-1.495	-789
3.04.03.08	Propaganda e Publicidade	-861	-1.095
3.04.03.09	Publicações	-287	-222
3.04.03.10	Seguros	-46	-51
3.04.03.11	Serviços do Sistema Financeiro	-2.877	-1.517
3.04.03.12	Serviços de Terceiros	-6.369	-6.266
3.04.03.13	Serviço de Vigilância e Segurança	-7.385	-5.087
3.04.03.14	Serviços Técnicos Especializados	-1.340	-2.859
3.04.03.15	Transporte	-3.468	-2.592
3.04.03.16	Viagem no País	-178	-263
3.04.03.17	Outras Despesas Administrativas	-1.068	-985
3.04.03.18	Amortização/Depreciação	-4.775	-3.738
3.04.03.19	Contribuições Filantrópicas	-15	-22
3.04.03.20	Multas e Aplicadas Bacen	-1	0
3.04.04	Despesas Tributárias	-11.633	-9.929
3.04.04.01	Despesas de impostos s/ serv. de qualquer natureza	-764	-649
3.04.04.02	Despesa de contribuição ao Finsocial	-9.005	-7.630
3.04.04.03	Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	-1.472	-1.241
3.04.04.04	Outras despesas tributárias	-392	-409
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	2.929	1.915
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-5.559	-7.287
3.04.06.01	Descontos concedidos	-18	-25
3.04.06.02	Juros sobre capital próprio	0	-6.212

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.04.06.03	Despesas de atualização de impostos e contribuições	-64	-102
3.04.06.04	Outras despesas operacionais	-5.477	-948
3.05	Resultado Operacional	69.900	54.864
3.06	Resultado Não Operacional	55	-430
3.06.01	Receitas	637	-430
3.06.01.01	Receitas não operacionais	637	-430
3.06.02	Despesas	-582	0
3.06.02.01	Despesas não operacionais	-582	0
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	69.955	54.434
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-45.907	-34.864
3.08.01	Provisão para imposto de renda	-26.000	-18.904
3.08.02	Provisão para contribuição social	-15.733	-11.371
3.08.03	Ativo Diferido	-4.174	-4.589
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-4.554	-3.014
3.10.01	Participações	-4.554	-3.014
3.11	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	6.212
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	19.494	22.768
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	2,04733	2,39118

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	87.840	464.096
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	70.088	45.943
6.01.01.01	Lucro Líquido	19.494	22.768
6.01.01.02	Depreciação/Amortização	4.775	3.738
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	44.636	17.599
6.01.01.06	Provisão para contingente	3.455	289
6.01.01.07	Provisão para outros créditos	-94	81
6.01.01.08	Ajuste de Mercado - TVM	188	0
6.01.01.09	Provisão atuarial	-1.898	1.468
6.01.01.13	Provisão para desvalorização de outros bens	-468	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	17.752	418.153
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-2.050	76.049
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-19.395	2.866
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependênc	-11.654	9.570
6.01.02.04	Operações de Crédito	-134.326	-125.840
6.01.02.05	Outros Créditos	37.054	-4.086
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	556	-48
6.01.02.07	Outras Obrigações	14.298	-19.468
6.01.02.08	Depósitos	177.289	518.951
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	-48.850	-44.683
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipotec., Créd. e Similares	4.917	4.842
6.01.02.11	Obrigações por repasses	-87	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.394	-10.511
6.02.01	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	455	0
6.02.02	Alienação de Imobilizado de Uso	0	47
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso	-4.488	-9.239
6.02.05	Aplicação no Intangível	-3.387	-1.319
6.02.07	Alienação de intangível	26	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-31.867
6.03.03	Div e Juros s/Capital Próprio Pago ou Provisionado	0	-31.867
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	80.446	421.718
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	983.175	1.153.512
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.063.621	1.575.230

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	480.478	0	0	88.838	0	0	569.316
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	480.478	0	0	88.838	0	0	569.316
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	19.494	0	19.494
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	480.478	0	0	88.838	19.494	0	588.810

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	400.484	0	0	105.649	0	0	506.133
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	400.484	0	0	105.649	0	0	506.133
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	22.768	0	22.768
5.05	Destinações	0	0	0	-25.655	-6.212	0	-31.867
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-25.655	0	0	-25.655
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-6.212	0	-6.212
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	400.484	0	0	79.994	16.556	0	497.034

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2015 à 31/03/2015	Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	346.284	273.353
7.01.01	Intermediação Financeira	366.645	288.268
7.01.02	Prestação de Serviços	15.519	13.207
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-44.472	-34.012
7.01.04	Outras	8.592	5.890
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-165.469	-116.398
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-35.626	-37.041
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-3.461	-2.458
7.03.02	Serviços de Terceiros	-42.835	-34.770
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	10.670	187
7.04	Valor Adicionado Bruto	145.189	119.914
7.05	Retenções	-4.775	-3.738
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.775	-3.738
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	140.414	116.176
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	140.414	116.176
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	140.414	116.176
7.09.01	Pessoal	52.722	41.133
7.09.01.01	Remuneração Direta	36.990	29.547
7.09.01.02	Benefícios	12.633	9.428
7.09.01.03	F.G.T.S.	3.099	2.158
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	65.943	50.840
7.09.02.01	Federais	64.826	49.828
7.09.02.03	Municipais	1.117	1.012
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.255	1.435
7.09.03.01	Aluguéis	2.255	1.435
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	19.494	22.768
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	6.212
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	19.494	16.556

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas e Clientes,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao trimestre findo em 31 de março de 2015, elaborados em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

1. Ambiente Econômico

A economia mundial segue apresentando assimetrias, com ritmos de recuperação econômica e contextos de inflação distintos, o que impacta nas políticas monetárias. No entanto, há movimentações positivas, como na Zona do Euro, que permitem fazer avaliações mais otimistas para o ano de 2015. Assim, o FMI aponta crescimento de 3,5% para a economia mundial, sustentado pela recuperação dos países desenvolvidos e pela queda dos preços do petróleo. Já para os países em desenvolvimento, as projeções não são tão favoráveis. As estimativas sinalizam que 2015 será o quinto ano de desaceleração para os países emergentes.

Nesse contexto, os Estados Unidos despontam com crescimento favorável no 1º trimestre de 2015, com taxas de desemprego e inflação dentro das metas projetadas pelo Banco Central Americano (Fed). A Zona do Euro iniciou, em março de 2015, seu programa de expansão monetária e tem obtido resultados satisfatórios. Este, aliado a outros fatores como o aumento do crédito, fez com que a projeção para o PIB europeu aumentasse para 1,5%. A China, por sua vez, apresentou desaceleração do ritmo de crescimento. Em comparação ao mesmo período do ano anterior, o PIB chinês cresceu 7% no 1º trimestre de 2015, pior variação registrada desde 2009, quando o país passou a se ressentir dos efeitos da crise mundial.

No Brasil, o contexto econômico é de estagnação e aumento da inflação. Apesar de a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) ter mantido a classificação de risco do país como estável, o cenário e a expectativa para o restante do ano não são favoráveis. Banco Central afirma que 2015 é ano de transição e que serão necessários ajustes a fim de garantir a retomada do crescimento sustentável em 2016. Essa movimentação justifica o aumento da inflação no 1º trimestre de 2015, devido ao duplo ajuste de preços relativos (administrados e externos). Neste período, o IPCA registrou alta de 3,83% e o INPC avançou 4,21%, maior crescimento desde 2003. Tais altas, sobretudo do INPC, são justificadas pela recomposição de tarifas básicas, como transporte público (ônibus urbano), água, esgoto e, principalmente, energia elétrica. Em valores acumulados nos últimos doze meses, o IPCA foi 8,13%, maior registro também desde 2003, quando o índice atingiu 9,30%. Já o INPC atingiu o patamar de 8,42%, bem acima da taxa de 7,68% dos doze meses anteriores. A alta da inflação também impulsionou o crescimento da taxa básica de juros da economia nacional. A Selic avançou recentemente para 12,75% e a expectativa para o final do ano passou para 13,25% (Sistema de Expectativas de Mercado – BCB).

Diante desse contexto, segundo pesquisa de Projeções Macroeconômicas da Febraban realizada no mês de março, em 2015 o PIB nacional terá contração de 0,70%, estimativa mais pessimista que a registrada no mês anterior, de -0,13%. Tal redução é impulsionada, sobretudo, pela queda do PIB Industrial, cuja variação projetada pela mesma pesquisa é de -2,31%, frente aos -0,9% apontados no levantamento de fevereiro.

As operações de crédito seguem em ritmo moderado. Em 12 meses, até março/2015, o saldo cresceu 11%. Desse total, 53% são operações de pessoa jurídica. Apesar da maior representatividade das operações PJ, o crédito PF apresentou maior evolução, 13% no mesmo período. De acordo com a Febraban, o crédito deverá crescer 9,5% em 2015, taxa inferior a registrada em 2014, de 11,3%. A inadimplência, por sua vez, atingiu 2,82% em março.

Com relação ao cenário regional, a expectativa é que a economia paraense siga em expansão, porém com ritmo moderado, em razão da queda dos preços dos minerais no mercado internacional e da desaceleração da economia nacional, conforme já se verifica no setor de alimentos, que apresentou uma redução da produção neste início de ano em função da elevação da tarifa de energia elétrica e do preço dos combustíveis. Embora reconhecendo que a situação econômica vive um momento de

Comentário do Desempenho



cautela, a Federação das Indústrias aponta que, em função da garantia de investimentos no Estado até o ano de 2018, o Pará demonstra confiança para o mercado e para as empresas que nele se instalarão nos próximos anos. Grande parte dos investimentos, segundo a FIEPA, está focado na vocação econômica natural e nas indústrias do Estado.

O Índice de Atividade Econômica do Pará mensurado pelo Banco Central, em fevereiro, apresentou aumento de 0,56% em comparação ao mês anterior. Em 12 meses, o crescimento foi de 4,20%. Tais taxas mostram-se acima dos índices nacionais, de 0,36% e -0,86%, respectivamente. Os percentuais paraenses podem ser explicados, dentre outros fatores, pela atividade industrial no Estado, cujas taxas de crescimento também estão acima das registradas nacionalmente. De janeiro para fevereiro, a produção industrial do Pará apresentou crescimento de 3,45%, enquanto a dinâmica no país foi de queda de -0,94%. O índice de vendas no comércio varejista no Pará também apresentou variação positiva neste ano, 1,40%, acima do índice nacional (-0,09%), mas abaixo do aumento registrado de dezembro/14 a janeiro/15 (2,42%). Já no setor de serviços do Estado, houve variação negativa, com redução de -3,07% em fevereiro de 2015.

Quanto à inflação, o IPCA da região Metropolitana de Belém calculado pelo IBGE para o mês de março, foi um dos menores índices se comparado às demais capitais, ficando acima apenas do registrado em Recife. Isso se deve, sobretudo, ao item “alimentos consumidos em casa” que ficou em 0,17%, bem inferior à média nacional de 1,17%. No acumulado de 12 meses, a inflação oficial atingiu os 7,92%, a 7ª maior dentre as capitais levantadas. Para o INPC, o de Belém foi o menor registrado no mesmo mês. O grupo “alimentos” apresentou a menor variação dentre as capitais pesquisadas pelo IBGE, 0,55%, também bastante inferior da média nacional (1,21%). Já no índice anual, em Belém atingiu-se 7,71%, o quarto menor dentre as capitais brasileiras.

2. Rating

Após revisão, em setembro de 2014, do risco da indústria bancária do Brasil – BICRA, a S&P manteve a nota atribuída para os depósitos de longo prazo em escala nacional e escala global AA- e BB, respectivamente, já influenciadas pela revisão do rating soberano (âncora).

Por sua vez, a Agência Moody's, atribuiu ao Banco, em sua última avaliação, A2.br para depósito de longo prazo em escala nacional e Ba3 para depósito de longo prazo em escala global.

3. Destaques e Expectativas Banpará

O Banpará encerrou o 1º trimestre de 2015 com uma rede de atendimento composta por 121 pontos, entre agências e postos de atendimento, garantindo a cobertura de 80 dos 144 municípios do Estado. Nesse período, destacam-se as inaugurações das novas instalações das Agências de Moju e de Marabá, garantindo mais conforto e segurança a funcionários e clientes do Banco.

Até o final do ano, o Banpará pretende inaugurar 19 unidades, 16 delas em municípios que ainda não são atendidos pelo Banco. Em se cumprindo essa expectativa, até o final de 2015, o Banpará estará presente em 94 municípios paraenses. A grande meta do Banco até 2018, que reforça a sua missão de gerar valor para o Estado do Pará, é estar presente em todos os municípios do Estado, contribuindo para a bancarização do Pará e para a dinamização das economias locais.

Quanto ao crédito, as taxas de crescimento do Banpará permanecem acima das registradas no mercado do Estado. Até março de 2015, em comparação ao mesmo mês do ano anterior, o saldo das operações de crédito do Banpará cresceram 11%, enquanto que no Estado, no mesmo período, o crescimento foi de 7,9%. A expectativa orçamentária é incrementar as operações de crédito em 19% até o final do ano, taxa também superior à estimativa nacional divulgada pela Febraban, de 9,5% (Pesquisa FEBRABAN de Projeções Macroeconômicas e Expectativas de Mercado, realizada de 13 a 18 de março com 25 bancos).

A melhoria e ampliação do portfólio de produtos e serviços também são uma constante nas ações do Banpará. Até o final deste ano, estão planejados os lançamentos da linha de Seguro contra perda e furto do cartão de crédito e do Pacote de CDC – Crédito Direto ao Consumidor, que inclui, dentre outros, os financiamentos de impostos e de material de construção.

Comentário do Desempenho**4. Desempenho Econômico-Financeiro****4.1. Principais Indicadores**

No primeiro trimestre de 2015, o lucro líquido do Banpará atingiu R\$ 19.494 mil, correspondente a R\$ 2,05 por ação. O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 588.810 mil, uma expansão de 18,5% em relação ao mesmo período do ano 2014, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 27,8%.

As receitas com intermediação financeira totalizaram R\$ 319.973 mil, registrando um crescimento de 24,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho é justificado pelo crescimento das rendas de operações de crédito que, incluindo as recuperações, representam 84,3% das receitas de intermediação financeira.

No comparativo entre o primeiro trimestre do ano de 2015 e o mesmo período do ano anterior, as despesas de Intermediação Financeira que atingiram R\$ 141.432 mil refletiram aumento de 24,9%. O aumento observado deu-se em virtude do crescimento das captações, que influenciadas pela trajetória de elevação da taxa básica de juros, registrou despesa de R\$ 96.581 mil, um acréscimo de 23,1% em relação ao 1T14; e pelas despesas com provisões para perdas em operações de crédito que totalizaram R\$44.637, acréscimo de 29,7%, reflexo da diversificação do portfólio da carteira de crédito, que passou a contar com produtos que geram custos de crédito mais elevados.

O resultado da intermediação financeira, após as provisões para perdas em operações com crédito, atingiu R\$178.541 mil no primeiro trimestre de 2015, um aumento de 24,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As receitas de serviços, incluindo as rendas de tarifas bancárias, totalizaram R\$15.519 mil no primeiro trimestre de 2015, um crescimento igual a 17,5%, se comparado com o total de R\$13.207 mil, alcançado no primeiro trimestre do ano de 2014.

As despesas gerais (pessoal, administrativas e tributárias) somaram R\$ 121.530 mil em março de 2015, com acréscimo de 25,9% em comparação ao mesmo período de 2014. As despesas de pessoal atingiram R\$ 56.571 mil, um acréscimo de 28,1% em relação ao primeiro trimestre de 2014.

As despesas administrativas apresentaram saldo de R\$ 53.326 mil neste primeiro trimestre de 2015, equivalente a uma evolução de 25,8% em relação ao apresentado no mesmo período de 2014, consequência do aumento dos custos com aluguel de imóveis, segurança e vigilância armada, serviços técnicos especializados e com propaganda e publicidade de produtos e serviços, refletindo a política de expansão do Banco.

O índice de eficiência operacional calculado para o primeiro trimestre de 2015 foi 57%, 2 pp. maior que o apresentado no igual período do ano anterior, reflexo do crescimento das despesas gerais, face à estratégia de crescimento em execução desde o ano 2013. O índice de cobertura para o período foi de 27%.

4.2. Ativos e Passivos

Em 31 de março de 2015, os ativos totais alcançaram saldo de R\$ 5.219.661 mil, equivalente ao crescimento de 3,8%, quando comparado ao registrado em março de 2014, aumento esse impactado pela alta de 10,3% nas operações de crédito, pela diminuição de 43,7 nas aplicações interfinanceiras de liquidez e pelo incremento de 42,0% em títulos e valores mobiliários. Proporcionando retorno anualizado sobre os ativos médios de 2,9%.

4.2.1. Carteira de Crédito

No primeiro trimestre de 2015, a carteira de crédito alcançou R\$3.132.424 mil, incremento de 10,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O saldo da carteira de crédito comercial Pessoa Física em março de 2015 foi de R\$ 3.050.007 mil que representa um incremento de 13,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A base clientes do Banpará e sua carteira de crédito de empréstimos, estão concentrados nos funcionários e aposentados de entidades públicas. Os empréstimos consignados correspondem a 69,4% da carteira de empréstimos e o financiamento ao consumo representa 28,2%. Os funcionários públicos do Estado e pensionistas representam 97% da carteira de consignados.

Comentário do Desempenho

A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa ao final do primeiro trimestre de 2015, 5,9% da carteira de crédito, um aumento de 1,02 p.p. em relação ao observado no mesmo período de 2014. Esse aumento reflete a entrada de novas linhas de produtos, que geram custos de crédito mais elevados. Mas ainda assim, a qualidade da carteira continua estável.

Em 31 de março de 2015 o índice de inadimplência das operações vencidas acima de 90 dias representavam 1,9% da carteira de crédito, com um índice de cobertura de 316%, isto é, o valor que o Banco mantém para fazer face as perdas prováveis é mais que 3 vezes a inadimplência do período.

4.2.2 Depósitos

O volume dos depósitos no primeiro trimestre de 2015 alcançou o total de R\$ 4.077.042, contra R\$ 4.128.474 registrados no primeiro trimestre de 2014 apresentando uma leve redução (1,25%). Analisando os depósitos por tipo de cliente verifica-se que a diminuição foi impactada pelos depósitos do Governo Estadual, que reduziram suas aplicações totais em 20%. As demais linhas de depósitos registraram variações positivas com destaque para os depósitos de PF e PJ que cresceram 17,06% e 25,68% respectivamente fortalecendo a independência em relação aos depósitos do Governo Estadual. Poupança e Depósito Interfinanceiro ainda continuam com variações positivas muito forte e cresceram 19,21% e 40,64% respectivamente se comparadas com o mesmo período do ano anterior.

A estrutura de depósitos do Banco é composta conforme abaixo:

Depósitos	2015	2014
Depósito à vista	22,68%	18,23%
Depósitos de Poupança	19,24%	15,94%
Depósitos Interfinanceiros	4,98%	3,50%
Depósito a prazo	47,23%	56,62%
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	5,87%	5,72%
	100%	100%

5. Relacionamento com Clientes e Canais

Comprometido com a excelência no atendimento de seus clientes e usuários e com o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará, o Banpará vem ampliando sua rede atendimento, possibilitando a inserção da população paraense no mercado financeiro, estando presente em 80 municípios paraenses.

Discriminação	Capital	Interior	Total
Agências	14	54	68
Postos de Atendimento	20	33	53
Caixa Deslocado	5	4	9
PAE	91	22	113
Pontos de atendimentos – rede própria			243
Municípios Atendidos			80

Além de sua Rede própria, o Banpará disponibiliza mais de 32.000 pontos de atendimento espalhados por todo Brasil, em parceria com o Banco24horas e as Redes Compartilhada e Saque e Pague. Desta maneira viabiliza aos seus clientes e usuários a possibilidade de utilizar os serviços do Banco em todo o território nacional, além de disponibilizar também a sua rede própria para os correntistas das outras instituições parceiras.

6. Gestão Corporativa**6.1. Gestão de Riscos**

O Banpará quanto à gestão de riscos e de capital, desenvolve suas atividades de acordo com os padrões recomendados pelo Acordo de Basileia e de forma alinhada às melhores práticas de mercado. Para tanto, são promovidas atualizações e aprimoramento contínuo das políticas, dos

Comentário do Desempenho



processos e dos sistemas de gerenciamento de riscos, com foco nos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

Em conformidade com Basileia III, o Banco realiza constantes ações para aprimoramento dos sistemas, processos e procedimentos, visando à adequação ao novo ambiente regulatório. Referente à exigência mínima de capital estabelecida pela autoridade monetária, que corresponde ao Índice de Basileia, cujo valor espelha a relação entre o capital da instituição e o volume de recursos exigidos para fazer face aos riscos de suas operações, o Banpará encerrou o primeiro trimestre de 2015 com índice de 19,19% bem acima dos 11% estabelecidos pelo Bacen, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional.

Informações detalhadas sobre a gestão de risco de mercado, liquidez, crédito e operacional podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no sítio de Relações com Investidores/Governança Corporativa: www.banpara.b.br

6.2. Controles Internos e Compliance

As áreas de Controles Internos e Compliance têm como atribuição o monitoramento dos processos desenvolvidos no Banpará e a verificação da conformidade das atividades de acordo com as leis e regulamentos externos e internos, articulando-se com os responsáveis pelas unidades para avaliação, validação e certificação dos controles definidos para os produtos, serviços e processos, alinhando-se às melhores práticas de mercado e às regras definidas pelos órgãos fiscalizadores.

As fragilidades identificadas por ocasião da rotina de controles internos foram acompanhadas por meio dos planos de ação ativados para correção e minimização dos riscos envolvidos, havendo também a aplicação das autoavaliações em todas as unidades do Banco, bem como a monitoração do cumprimento dos normativos internos e externos encaminhados às diversas unidades do Banco, possibilitando, desse modo, a construção e a manutenção da efetividade e consistência dos controles internos de acordo com a natureza, complexidade e risco das operações efetuadas por esta instituição financeira, com a finalidade de atingir as metas estratégicas estabelecidas pela Alta Administração e os parâmetros definidos pelo Mercado Financeiro.

Com relação à prevenção à lavagem de dinheiro (PLD), o Banpará prossegue adotando procedimentos internos de controle em conformidade com a legislação vigente, com o objetivo de manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem perante a sociedade em geral. Assim, no 1º trimestre de 2015, foram rastreadas movimentações de valor igual ou superior a dez mil reais, com sinalização de clientes para aplicação da política “Conheça seu Cliente” e comunicação de movimentações atípicas e sem justificativa plausível aparente ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf, conforme preceitua a Lei 9.613/98, Art.11, item II, § 2º, comunicação de boa-fé.

6.3. Segurança da Informação e Ambientes

A Segurança Empresarial no Banpará é feita sobre três vertentes, quais sejam: Segurança da Informação; Segurança Física e Patrimonial; e Prevenção e Combate à Fraude Eletrônica. Todas constituídas por um conjunto de controles representados por procedimentos, processos, estruturas organizacionais, políticas e normas, além de soluções de Tecnologia da Informação.

A Segurança da Informação tem por objetivo precípuo de proteger as informações nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade. A Prevenção à Fraude Eletrônica atua sob a premissa de evitar/diminuir prejuízos financeiros aos clientes e à instituição e a Segurança Física e Patrimonial atua de forma a resguardar os ambientes do Banco, bem como seus bens, incluído neste rol clientes, usuários e funcionários.

6.4. Tecnologia da Informação

Durante o primeiro trimestre de 2015, foram realizadas ações pelas áreas de Tecnologia da Informação (TI) com base no planejamento, com intuito de proporcionar a melhoria na qualidade dos serviços prestados, temos como destaque os investimentos voltados para o desenvolvimento de novas funcionalidades e aperfeiçoamento de software, além da aquisição de novos sistemas para ampliação do portfólio de produtos e serviços do Banpará.

Comentário do Desempenho



A Diretoria prosseguiu com a implementação de ações e investimentos no segmento de Infraestrutura e TI, a fim de oferecer o suporte adequado às unidades de negócios do Banco, em sintonia com as diretrizes definidas no Planejamento Estratégico, especialmente no que se refere à expansão e disponibilidade da rede de atendimento em todo o Estado do Pará.

6.5. Ouvidoria

A Ouvidoria Banpará atua no tratamento de reclamações e utilização das informações como insumos para proposição de ações de melhorias de processos, produtos e serviços, conforme determinação do Conselho Monetário Nacional (Resolução 3.849) e Circular do Banco Central (nº 3503).

À Ouvidoria do Banpará cumpre dar o devido tratamento às demandas dos clientes/usuários, relacionadas aos serviços prestados pelo Banco. Nesse sentido, atua ativamente na prevenção de conflitos de forma independente, transparente e célere.

Zela pelo cumprimento dos normativos internos e externos, buscando solucionar as demandas por meio de respostas claras e tempestivas, bem como, qualificar os serviços prestados aos clientes e usuários Banpará.

Mais que atender às determinações legais, a Ouvidoria Banpará representa o comprometimento da empresa com as boas práticas de mercado, em respeito aos direitos dos consumidores, e a busca constante por aprimoramento e melhoria de seu relacionamento com os diversos públicos atendidos.

A Ouvidoria Banpará pretende ser um legítimo fomentador de mudanças dos diversos setores do Banpará e na sociedade em geral.

7. Recursos Humanos

As atividades de capacitação e aperfeiçoamento do corpo funcional foram prioridades para o Banco e estão vinculadas às diretrizes do Planejamento Estratégico da Instituição.

Durante 1º trimestre do ano de 2015, complementando o objetivo institucional de promover o desenvolvimento profissional de seus funcionários, e desta forma influenciar diretamente na melhoria da qualidade e eficiência dos produtos e serviços ofertados pelo Banco, e com investimento total no valor de R\$ 92.466,49 (noventa e dois mil, quatrocentos e sessenta e seis reais, quarenta e nove centavos), foram ofertadas 162 vagas em treinamentos, cursos, palestras, capacitações e congressos na Capital e fora do Estado, voltados às áreas de Tecnologia, Recursos Humanos, Contabilidade, Marketing, Câmbio, Financeira, Jurídico, Comercial, Risco e Compliance.

Ainda no mesmo período, 98 funcionários foram contemplados pelo Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará – PDE, sendo 52 funcionários beneficiados com cursos de Graduação e 46 em Pós-Graduação, com investimentos na ordem de R\$ 105.604,63 (cento e cinco mil, seiscentos e quatro reais e sessenta e três centavos)

O quadro funcional foi ampliado em 74 (setenta e quatro) novos funcionários, os quais participaram do curso de Integração e Capacitação para Novos bancários, para conhecer as nuances do Banco e adquirir conhecimentos voltados à atividade bancária, políticas internas, informações sobre as principais leis e normas que regem as atividades da empresa, regramento negocial de produtos e serviços bancários e demais aspectos da rotina do Banco. Cursos como o de Formação de Caixa Executivo, ética, assédio moral e afins, foram ministrados para consolidar a formação do novo bancário que ingressa na empresa.

8. Sustentabilidade

Alinhado com as práticas de desenvolvimento sustentável, o Banpará investe em ações que contribuem para equilibrar aspectos sociais, ambientais e culturais, e contribuir com a redução da pobreza e da desigualdade social e valorizar a cultura paraense.

No contexto atual, o Banpará está em conformidade com as exigências ambientais, atendendo inicialmente o que preceitua a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 6.938/81, e desenvolve ações para atendimento da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.327 de 25/04/2014, na qual prevê a mitigação do risco socioambiental na concessão de crédito e em todas as operações realizadas pelo Banco, onde o mesmo principia a sua Política de Responsabilidade Socioambiental.

Comentário do Desempenho



No ambiente interno, pautado pela educação ambiental, desenvolve o Programa Ambiente Amigo que visa implantar e divulgar práticas sustentáveis, com o objetivo de sensibilizar seus funcionários e terceirizados para mudanças nos padrões de consumo dos recursos naturais e materiais baseado em campanhas educativas.

No ambiente externo, foram realizadas coletas seletivas pela Associação de Catadores da Coleta Seletiva de Belém nas unidades da Senador Lemos, Icoaraci, Ananindeua, Complexo Municipalidade e Edifício Banpará. Foram retiradas cerca de 405kg de papel, 125kg de papelão e 202kg de plástico. Essa ação é de grande importância para a sociedade, pois gera renda para os coletores e contribui para a preservação do meio ambiente, diminuindo a poluição dos solos e rios, além de cooperar com o desenvolvimento sustentável do planeta.

9. Informações Legais

9.1. Circular nº 3.068/2001

O Banpará declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$154.456 mil, representando 18,1% do total de títulos e valores mobiliários.

9.2. Auditoria Independente

Em cumprimento ao contido no art. 2º, da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, os de Auditoria Externa.

Agradecimentos

Agradecemos nossos acionistas e clientes pela confiança na Instituição, e ao Governo do Estado do Pará pelo apoio recebido. Aos empregados e colaboradores, o agradecimento especial pelos resultados e as conquistas positivas alcançadas no 1º trimestre de 2015.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
RELATIVAS AO 1º TRIMESTRE DE 2015, FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015.**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).**1 Contexto operacional**

O Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ (“Banco”) é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio.

2 Declaração de conformidade das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Os pronunciamentos conceituais básicos CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco. Os pronunciamentos CPC 10 e CPC 23 não produzem efeitos relevantes na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias do Banco.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes a 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 7 - critério de provisionamento: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito;

Notas Explicativas

Nota explicativa 4, 5 e 1 - estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros;

Nota explicativa 15.2 - cálculo de provisões para pagamentos de obrigações com planos de previdência complementar, devido a premissas atuariais;

Nota explicativa 9 - determinação da vida útil de determinados ativos.

Nota explicativa 20 (b) - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e

Notas explicativas 12 (d) - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

Moeda funcional

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3 Resumo das principais políticas contábeis**a. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas por competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução BACEN nº 3.604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos seguintes valores:

Rubricas correspondentes	31.03.2015	31.12.2014
Disponibilidades em moeda nacional	165.847	157.283
Disponibilidades em moeda estrangeira	356	793
Total de disponibilidades (caixa)	166.203	158.076
Aplicações interfinanceiras de liquidez (4.a)	440.563	380.755
Títulos e valores mobiliários (5.b)	456.855	444.343
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.063.621	983.175

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

Notas Explicativas

I. Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

II. Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, são apropriados ao resultado do exercício, independentemente da categoria em que são classificados.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2015, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

e. Relações interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

Compensação de Variação Salarial - CVS são títulos recebidos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O FCVS, criado por intermédio da Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos, e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Notas Explicativas

Período de atraso	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. É mantida provisão para desvalorização de 50% do valor de custo. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. Segundo a Circular do Banco Central do Brasil (BACEN) nº 909 de 11 de janeiro de 1985, o Banco deve dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

Com relação aos bens em regime especial, cujo prazo de alienação extrapole um ano, aplica-se o percentual de 100% como provisão para perdas com desvalorização.

h. Ativo permanente

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

No imobilizado de uso, são registrados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram ao Banco os benefícios, os riscos e o controle desses bens. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

• Imóveis de uso - Edificações	4%
• Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20%
• Demais itens	10%

A Administração do Banco entende serem essas taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de acordo com a Resolução CMN nº 3.642, de 26 de novembro de 2008.

Notas Explicativas**i. Redução ao valor recuperável de ativos**

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores, bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

j. Depósitos e captações, no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto - são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na nota 10.

k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação nº 594/09 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Informações financeiras intermediárias, exceto quando a Administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras intermediárias.

l. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.555/2006 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Notas Explicativas**m. Benefícios a empregados**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do BANCO, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Deliberação CVM nº 695/2012.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial. Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na Instituição patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrerem ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

n. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes - são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

o. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das Informações financeiras intermediárias e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras intermediárias; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras intermediárias.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as Informações financeiras intermediárias encerradas em 31 de março de 2015.

p. Demonstrações do valor adicionado

O Banco elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

q. Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

O Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a Resolução nº 4.007 de 25 de agosto de 2011, que trata do Pronunciamento Técnico CPC 23. Esse CPC tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação das mudanças nas políticas, nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, melhorar a relevância e a confiabilidade das Informações financeiras intermediárias, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez.

As aplicações interfinanceiras de liquidez têm a seguinte composição:

Notas Explicativas



Títulos	31.03.2015	31.12.2014
Posição bancada(a):		
Letras Financeiras do Tesouro	39.996	33.070
Letras do Tesouro Nacional	48.000	136.084
Nota do Tesouro Nacional	352.567	211.601
Aplicações no mercado aberto (a)	440.563	380.755
Depósitos interfinanceiros:		
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	147.073	145.023
Total	587.636	525.778

a. Em 31 de março de 2015, o saldo de títulos em posição bancada, montante de R\$440.563 (R\$380.755 em 31 de dezembro de 2014), referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa.

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	31.03.2015	31.03.2014
Posição Bancada	20.850	23.343
Posição Financiada	7	-
Depósitos Interfinanceiros	2.050	1.410
Total	22.907	24.753

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários.

5. Títulos e valores mobiliários

a. Classificação por tipo de papel:

Títulos	31.03.2015	31.12.2014
Livres		
Letras Financeiras do Tesouro (renda fixa)	285.508	224.119
CVS	153.622	156.389
Letras imobiliárias (i)	240.956	218.935
Cotas de fundos de empresas (ii)	834	881
Vinculados a operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro	167.988	216.957
Vinculados à prestação de garantia		
Letras Financeiras do Tesouro	3.359	3.267
Total	852.267	820.548
Circulante	576.879	545.657
Realizável em longo prazo	275.388	274.891

(i) A alavancagem da captação de recursos por meio de poupança elevou a exigibilidade relativa à Carteira de Crédito Imobiliário, que conforme a Resolução nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010, do BACEN, 65% no mínimo das captações por meio de poupança deverão ser aplicados em operações de Financiamentos Imobiliários. Em 31 de março de 2015, o Banco para cumprir a exigibilidade relativa à Carteira de Crédito Imobiliário investiu em Letras de Crédito Imobiliário – LCI, com o prazo maior possível e que possa possibilitar liquidez imediata.

(j) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banpará investe no Fundo de Investimento em Participações (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando desenvolvimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que a obrigatoriedade de manter o investimento por 12 anos sendo prorrogado por mais 03.

Notas Explicativas



b. Classificação por categoria e vencimento:

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL 31.03.15	TOTAL 2014
Títulos para negociação (i)	108.177	468.702	-	120.932	-	697.811	663.278
Títulos públicos	108.177	468.702	-	120.932	-	697.811	545.657
Letras de crédito imobiliário	108.177	132.779	-	-	-	240.956	218.935
Letras financeiras do tesouro	-	335.923	-	120.932	-	456.855	444.343
	-	-	-	-	-	-	-
Títulos Mantidos até o vencimento (ii)	-	-	-	-	154.456	154.456	157.270
Títulos públicos	-	-	-	-	153.622	153.622	156.389
CVS	-	-	-	-	153.622	153.622	156.389
Títulos privados	-	-	-	-	834	834	881
Cotas de fundos de empresas	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	834	834	881
TOTAL 31.03.2015	108.177	468.702	-	120.932	154.456	852.267	-
TOTAL 31.12.2014	86.912	458.746	-	117.620	157.270	-	820.548

(i) Os Títulos e Valores Mobiliários classificados como disponíveis para negociação, com exceção das Letras de crédito imobiliário, são considerados como equivalentes a caixa por não apresentarem risco significativo de mudança de valor justo, por serem utilizados gerencialmente para cumprir os compromissos de curto prazo se necessário e livres para resgate a qualquer tempo.

Em 31 de março de 2015 os títulos FIP e CVS estão classificados como Mantidos até o Vencimento.

(ii) Em conformidade com a circular 3068/2001, o Banpará declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

c. Quantos aos ajustes

	31.03.2015		31.12.2014	Ajustes	31.03.2015
	Custo	Mercado			
Para negociação	700.062	697.811	(1.858)	(4.109)	(2.251)
Letras de crédito imobiliário	242.920	240.956	(1.776)	(3.740)	(1.964)
Letras financeiras do tesouro	457.142	456.855	(82)	(369)	(287)
	-	-	-	-	-
Mantidos até o vencimento	99.945	154.456	52.876	107.388	54.511
CVS	99.111	153.622	52.876	107.388	54.511
Cotas do Fundo de Ações	-	-	-	-	-
Cotas de fundos de empresas	834	834	-	-	-

d. Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

	Saldo em			
	31.03.2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
TVM disponíveis para negociação, a valor de mercado	697.811	456.855	240.956	-
Letras de crédito imobiliário	240.956	-	240.956	-
Letras financeiras do tesouro	456.855	456.855	-	-
TVM mantidos até o vencimento, a valor de mercado	154.456	834	153.622	-
C.V.S	153.622	-	153.622	-
Cotas de fundos de empresas	834	834	-	-
TOTAL	852.267	457.689	394.578	-

	Saldo em			
	31.12.2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
TVM disponíveis para negociação, a valor de mercado.	663.278	444.343	218.935	-
Letras de crédito imobiliário	218.935	-	218.935	-
Letras financeiras do tesouro	444.343	444.343	-	-
TVM mantidos até o vencimento, a valor de mercado	157.270	881	156.389	-
C.V.S	156.389	-	156.389	-
Cotas de fundos de empresas	881	881	-	-
TOTAL	820.548	445.224	375.324	-

Notas Explicativas



Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banpará são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Durante o 1º trimestre de 2015 não houve mudanças entre os níveis.

Marcação a mercado (MaM) das LFT

O valor nominal atualizado é calculado a partir do acúmulo da taxa SELIC entre a data de emissão e a data da Marcação a Mercado - MaM. O preço de mercado (PU) da LFT é obtido pela aplicação do deságio no valor nominal pela taxa correspondente.

31.03.2015

Próprio – Bancada para negociação					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	25.004	6.718,4632	164.575
LFT 210.100	Pós – SELIC	01.03.2020	18.000	6.718,4632	120.933
Total					285.508

31.03.2015

Próprio – Financiados para negociação					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	25.004	6.718,4632	167.988
Total					167.988

31.03.2015

Próprio – Vinculados de papéis para negociação					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	500	6.718,4632	3.359
Total					3.359

31.12.2014

Próprio – Bancada para negociação					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	19.369	6.534,4584	126.566
LFT 210.100	Pós – SELIC	01.03.2020	14.929	6.534,4387	97.553
Total					224.119

31.12.2014

Próprio – Financiados para negociação					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	30.131	6.534,4584	196.890
LFT 210.100	Pós – SELIC	01.03.2020	3.071	6.534,4387	20.067
Total					216.957

31.12.2014

Próprio – Vinculados de papéis para negociação					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	500	6.534,4583	3.267
Total					3.267

Notas Explicativas

**Valor justo das CVS:**

Conforme pesquisa realizada ao mercado (corretoras com as quais o Banco opera), onde foi considerado o mercado comprador, as ofertas obedeceram aos seguintes percentuais de deságio em relação aos valores em nossa carteira:

Acompanhamento do saldo CVS						
Classe	31.03.2015			31.12.2014		
CVS	Saldo	%	Valor justo	Saldo	%	Valor justo
A	43.850	73,50	32.230	44.673	75,43	33.697
B	106.594	60,70	64.703	108.480	62,26	67.539
C	1.951	73,50	1.434	1.987	75,43	1.499
D	1.227	60,70	744	1.249	62,26	778
TOTAL	153.622		99.111	156.389		103.513

e. Rendas com títulos e valores mobiliários

	31.03.2015	31.03.2014
Rendas de títulos de renda fixa	20.906	11.899
Rendas de títulos de renda variável	-	-
Rendas de participações societárias	-	-
Desvalorização de Títulos Livres	-	(47)
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	(513)	(61)
TOTAL	20.393	11.791

6. Relações interfinanceiras**Composição:**

	31.03.2015	31.12.2014
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	6.074	11
Relações com correspondentes	900	913
Recolhimentos de recursos do Crédito Rural – BACEN	-	-
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	124.511	107.308
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN (a)	154.917	150.771
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	51.883	49.137
Outros depósitos compulsórios – Crédito rural Resolução BACEN nº 3.109/2003	10.245	9.987
Total	348.530	318.127
Circulante	296.647	268.990
Realizável em longo prazo	51.883	49.137

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN.

O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 51.883, referentes a 288 contratos, nas seguintes situações:

- **207 Homologados;**
- **81 Pré Novados** que dependem do processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/00, para sua realização.
- **04 Habilitados** aguardando análise pela Administração do FCVS

Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR).

Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

Notas Explicativas



7. Operações de crédito

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito:

a. Por tipo de Operação

	31.03.2015	31.12.2014
Operações de Crédito		
Adiantamentos a Depositantes	557	7.192
Empréstimos	3.085.591	2.977.556
Financiamentos	1.164	1.230
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.468	6.631
Financiamentos Imobiliários	61	221
Total de operações de crédito	3.093.841	2.992.830
Outras rubricas		
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8)	36.791	41.651
Operações de Câmbio	696	679
Devedores por Compras de Valores e Bens	1.096	1.315
Total em outras rubricas	38.583	43.645
Total da Carteira de Crédito	3.132.424	3.036.475
Circulante	1.390.617	1.355.671
Realizável em longo prazo	1.741.807	1.680.804

b. Por faixas de vencimento e nível de risco:

	A	B	C	D	E	F	G	H	mar/15
Parcelas Vincendas (A)	2.824.381	29.341	69.704	10.905	7.751	11.141	5.998	86.971	3.046.192
Até 30 dias	142.456	4.883	8.423	1.965	1.503	1.137	1.498	8.246	170.111
31 a 60 dias	128.077	2.760	4.939	1.031	448	405	1.105	4.937	143.702
61 a 90 dias	49.551	2.180	3.562	751	291	228	987	4.083	61.633
91 a 180 dias	316.546	5.078	9.894	1.407	1.116	3.028	724	11.749	349.542
181 a 360 dias	531.740	4.610	11.775	1.341	915	851	444	16.851	568.527
Acima de 360 dias	1.651.222	9.604	29.721	3.797	3.140	5.210	994	38.119	1.741.807
Parcelas Vencidas até 14 dias	4.789	226	1.390	613	338	282	246	2.986	10.870
Parcelas Vencidas	-	1.800	4.601	3.731	3.466	3.680	7.525	61.429	86.232
15 a 30 dias	-	1.800	1.179	90	123	178	850	1.177	5.397
31 a 60 dias	-	-	3.422	712	967	584	1.367	4.397	11.449
61 a 90 dias	-	-	-	2.929	250	329	1.079	3.444	8.031
91 a 180 dias	-	-	-	-	2.126	2.589	4.229	15.000	23.944
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	35.144	35.144
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	2.267	2.267
Total em 03.2015	2.824.381	31.141	74.305	14.636	11.217	14.821	13.523	148.400	3.132.424
Total em 12.2014	2.733.636	31.508	67.729	22.305	18.089	14.125	14.672	134.412	

c. Por Setores de Atividade

Setor Privado	31.03.2015	%	31.12.2014	%
Pessoas Físicas	3.050.007	97,37	2.941.577	96,87
Pessoas Jurídicas	74.724	2,39	86.817	2,86
Rural	6.468	0,21	6.631	0,22
Habitação	61	0,00	221	0,01
Fomento	1.164	0,04	1.230	0,04
Total	3.132.424	100,00	3.036.476	100,00

d. Concentração dos Principais Devedores

	31.03.2015	%	31.12.2014	%
Principal devedor	7.595	0,24	7.546	0,25
10 seguintes maiores devedores	23.791	0,76	24.632	0,81
20 seguintes maiores devedores	19.356	0,62	20.352	0,67
50 seguintes maiores devedores	23.245	0,74	24.701	0,81
100 seguintes maiores devedores	32.626	1,04	32.860	1,08
Demais devedores	3.025.811	96,60	2.926.385	96,38
Total	3.132.424	100,00	3.036.476	100,00

Notas Explicativas

**7.2. Provisões para perdas em operações de crédito**

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e, com base nessa classificação, constituiu-se provisão para créditos de liquidação duvidosa a taxas que variam entre 0,5% e 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Itens	31.03.2015	31.12.2014
Saldo no início do Trimestre	(174.634)	(121.949)
Provisões constituídas	(104.387)	(399.970)
Reversões de provisões	59.676	238.985
Valores baixados ou compensados com créditos	33.390	108.300
Provisão para perdas nas operações de crédito	(185.955)	(174.634)
Saldo no início do exercício - outros créditos	(854)	(886)
Provisões constituídas	(10)	(170)
Reversões de provisões	85	202
Provisão para perdas em outros créditos com car. de concessão (Nota 8)	(779)	(854)
Total provisão para perda com operações de crédito	(186.734)	(175.403)
Circulante	(83.332)	(76.657)
Realizável em longo prazo	(103.402)	(97.977)

7.3 Rendas de operações de crédito

	31.03.2015	31.03.2014
Adiantamento a depositante	333	1.561
Empréstimo	252.629	212.413
Financiamento com interveniência	8	10
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	16.519	1.918
Títulos Descontados	-	-
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	27	24
Financiamentos rurais	102	112
Total	269.618	216.038

8. Outros créditos

	31.03.2015	31.12.2014
Circulante		
Carteira de Cambio	995	813
Rendas a receber	966	1.145
Serviços prestados a receber	943	1.122
Outras rendas a receber	23	23
Diversos	140.831	178.051
Adiantamento e antecipações salariais	5.318	2.810
Adiantamento para pagamento	9.444	26.909
Crédito tributário - IR/CSLL (a)	13.221	17.559
Devedores por compra de valores	1.096	1.315
Devedores por depósitos em garantia (b)	44.432	41.912
Imposto e contribuições a compensar	1.824	1.826
Pagamentos a ressarcir	2.481	2.022
Título e crédito a receber (c) (Nota 7.1)	36.791	41.651
Devedores diversos – País (d)	26.224	42.047
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(5.391)	(5.485)
Com características de concessão de créditos	(779)	(854)
Sem características de concessão de créditos	(4.612)	(4.631)
Total do circulante	137.401	174.524
Realizável em longo prazo		
Diversos	102.752	102.589
Crédito tributário - IR/CSLL (a)	102.752	102.589
Total realizável em longo prazo	102.752	102.589
Total	240.153	277.113

Notas Explicativas



- (a) Os créditos tributários de IR e CSLL foram constituídos e registrados com base nos fundamentos demonstrados na Nota Explicativa nº 20(b). A variação reflete a utilização do crédito tributário de períodos anteriores e ativação de crédito tributário em 2014.
- (b) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. Os valores estão demonstrados na Nota Explicativa nº 12(d). O aumento corresponde à atualização dos depósitos judiciais.
- (c) O saldo de Título e Crédito a Receber – Com Característica de Concessão de Crédito – BANPARÁ Mastercard/Cartão BANPARÁ no valor de R\$36.400 (R\$41.651 em 31.12.2014) estão assim distribuídos:

	31.03.2015	31.12.2014
BANPARÁ Mastercard		
Valores a Faturar	4.354	5.271
Faturados a Receber	11.457	11.809
Parcelado Lojista a Agendar Bandeira	20.588	24.312
Cartão BANPARÁ		
Parcelado sem juros	428	259
Total	36.827	41.651

- (d) O montante de Devedores Diversos – País compreende substancialmente ao subtítulo Transitória de Consignado, com saldo de R\$18.566 (R\$34.718 em 31 de dezembro de 2014), e registra os valores correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes. A variação acompanha o aumento da carteira de crédito.

9. Imobilizado de uso e intangível

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O intangível é composto basicamente por Software, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

IMOBILIZADO DE USO	Taxa anual	Valor patrimonial 31.12.2014	Adições	Baixas	Transfe rências	Depreciação	Valor Patrimonial 31.03.2015
Móveis e equip. estoque	-	8.138	-	-	(1.425)	-	6.713
Imobilizações em cursos	-	28.207	2.232	-	-	-	30.439
Imóveis em uso	4	9.275	-	-	-	(376)	8.899
Móveis e equip. de uso	10	7.317	984	(82)	(35)	(286)	7.898
Sistema de comunicação	20	2.431	182	(7)	-	(78)	2.528
Sistema de proc. de	20	25.670	1.090	(363)	1.460	(2.157)	25.700
Sistema de segurança	10	3.121	-	(3)	-	(123)	2.995
Sistema de transporte	20	51	-	-	-	(11)	40
TOTAL		84.210	4.488	(455)	-	(3.031)	85.212

INTANGIVEL	Taxa anual	Valor patrimonial 31.12.2014	Adições	Baixas	Transfe rências	Amortização	Valor Patrimonial 31.03.2015
Intangível / Software	20	26.672	3.387	(26)	-	(1.744)	28.289
TOTAL	20	26.672	3.387	(26)	-	(1.744)	28.289

Notas Explicativas

**10. Depósitos e captações do mercado aberto****10.1 Depósitos****a. Composição por tipo de depósito:**

	31.03.2015	31.12.2014
Circulante		
Depósitos à vista	924.686	1.002.071
Depósitos do público	497.927	615.330
Depósitos de instituições financeiras	372	374
Depósitos vinculados	7.905	3.196
Depósitos de Governo	418.482	383.171
Depósitos a prazo	1.842.115	1.559.620
Depósitos de poupança	784.076	789.627
Depósitos interfinanceiros	203.072	200.270
Total do circulante	3.753.949	3.551.588
Depósitos a prazo	323.093	348.166
Total exigível em longo prazo	323.093	348.166
TOTAL	4.077.042	3.899.754

Os depósitos de poupança são atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a TR for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da Taxa SELIC quando a TR for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

b. Composição dos depósitos por vencimentos:

Vencimento	À vista	À prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.03.2015	31.12.2014
Sem vencimento	924.686	794	-	784.076	1.709.556	1.792.364
Até 30 dias	-	119.268	-	-	119.268	76.781
De 31 a 60 dias	-	108.401	-	-	108.401	60.615
De 61 a 90 dias	-	123.397	48.210	-	171.607	140.207
De 91 a 180 dias	-	215.063	90.832	-	305.895	393.723
De 181 a 360 dias	-	1.275.192	64.030	-	1.339.222	1.087.898
Acima de 360 dias	-	323.093	-	-	323.093	348.166
Total	924.686	2.165.208	203.072	784.076	4.077.042	3.899.754

c. Composição por segmento de mercado:

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.03.2015	31.12.2014
Sociedades ligadas	402.207	1.355.521	-	-	1.757.728	1.516.841
Pessoas físicas	366.320	147.756	-	756.670	1.270.746	1.348.368
Invest. institucionais	372	276.058	203.072	-	479.502	508.013
Pessoas jurídicas	131.124	217.043	-	27.406	375.573	390.729
Governo municipal	19.497	168.036	-	-	187.533	134.535
Outros	5.166	794	-	-	5.960	1.268
TOTAL	924.686	2.165.208	203.072	784.076	4.077.042	3.899.754

d. Despesas de captação:

	31.03.2015	31.03.2014
Depósitos de poupança	13.024	10.100
Depósitos interfinanceiros	5.747	3.558
Depósitos a prazo	62.366	57.261
Depósitos judiciais	509	395
Operações compromissadas – Carteira própria e Terceiros	8.056	324
Letras financeiras	4.916	4.841
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	1.963	1.962
TOTAL	96.581	78.441

10.2 Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado a curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria, composto da seguinte forma:

Notas Explicativas



Recompra a Liquidar

	31.03.2015	31.12.2014
Letras Financeiras do Tesouro	168.019	216.869
Total	168.019	216.869

11. Emissão de títulos

	31.03.2015	31.12.2014
Recursos de Letras Financeiras	7.035	155.261
Total do circulante	7.035	155.261
Recursos de Letras financeiras	159.967	6.825
Total exigível em longo prazo	159.967	6.825
Total	167.002	162.086

As captações efetuadas mediante a emissão de títulos de Letras Financeiras, observadas as condições determinadas pela Resolução BACEN nº 4.123/2012, são as seguintes:

31.03.2015						
Cliente	Papel	Vencimento	Taxa Custo % Índice (CDI)	PU Abertura Valor Aplicado	Qtde	Total
BANCOOB	LF-POS-CDICE	22.09.2016	102,0000	1.060.246,38	7	7.422
BANRISUL	LF-POS-CDICE	25.07.2016	105,0000	1.080.864,25	25	27.022
CAFBEF	LF-POS-CDICE	01.11.2015	105,0000	1.172.631,77	6	7.035
ITAU BBA	LF-POS-CDICE	14.11.2016	109,0000	523.014,06	240	125.523
Total				-	278	167.002

31.12.2014						
Cliente	Papel	Vencimento	Taxa Custo % Índice (CDI)	PU Abertura Valor Aplicado	Qtde	Total
BANCOOB	LF-POS-CDICE	22.09.2016	102,0000	1.030.736,86	7	7.215
BANRISUL	LF-POS-CDICE	25.07.2016	105,0000	1.049.909,07	25	26.248
CAFBEF	LF-POS-CDICE	01.11.2015	110,0000	1.137.473,84	6	6.825
ITAU BBA	LF-POS-CDICE	14.11.2016	108,8500	507.494,45	240	121.798
Total					363	162.086

12. Outras obrigações

	31.03.2015	31.12.2014
Circulante		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	17.931	1.162
Sociais e estatutárias	5.841	5.922
Fiscais e previdenciárias	26.004	25.042
Negociação e intermediação de valores	-	73
Cheque administrativo	882	851
Contrato de assunção de obrigações	1.654	1.535
Obrigações para contribuições ao SFH	3	3
Obrigações por convênios	9.471	9.002
Obrigações por prestação de serviços	5.985	6.074
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	52.080	55.502
Credores diversos – País (b)	43.138	43.357
Passivo contingente – Trabalhista (d)	5.111	2.513
Passivo contingente – Cível (d)	10.824	10.085
Passivo contingente – Tributário (d)	2.763	2.699
Passivo contingente – Cessão de crédito rural com coobrigação (c)	569	557
Total do circulante	182.256	164.377
Exigível em longo prazo		
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	15.056	17.078
Total exigível em longo prazo	15.056	17.078
TOTAL	197.312	181.455

(a) As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo da rubrica “Provisões para pagamentos a efetuar” são:

Notas Explicativas



	31.03.2015	31.12.2014
Circulante		
Provisão com pessoal	28.648	23.651
Provisão com PLR	2.093	8.162
Obrigações atuariais	9.919	9.796
Provisão para outras despesas administrativas	10.088	12.613
Outros	1.332	1.280
Total do circulante	52.080	55.502
Exigível em longo prazo		
Obrigações atuariais	15.056	17.078
Total do exigível e longo prazo	15.056	17.078
TOTAL	67.136	72.580

(b) Em 31 de março de 2015 os valores registrados em credores diversos- país compunham-se em sua maioria pelas obrigações com a operadora do cartão de crédito BANPARÁ Mastercard pelo montante de R\$37.542 (R\$41.304 em 31.12.2014).

(c) Cessão de crédito rural com coobrigação - Trata-se de provisão constituída para cobrir possíveis perdas nas operações de Crédito Rural Securitizados (cedidas) pelo Banco à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), objeto do contrato de equalização de encargos financeiros e de alongamento de dívidas originárias do crédito rural. O saldo em 31 de março de 2015 da provisão para cessão de crédito rural com coobrigação é R\$569 (R\$557 em 31 de dezembro de 2014).

(d) Provisão para contingências: O Banco é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente.

A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Probabilidade de perda	Trabalhista	Cível	Tributárias	31.03.2015	31.12.2014
Provável	5.110	10.824	2.763	18.697	15.296
Possível	144	-	4.100	4.244	3.891
TOTAL	5.254	10.824	6.863	22.941	19.187

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo e cuja realização seja provável, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Abaixo demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

	31.03.2015		31.12.2014	
Ações	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)
Cíveis (i)	1.362	17.299	1.248	16.147
Trabalhistas(ii)	267	3.248	158	3.030
Tributárias (iii)	26	23.885	26	22.735
Total	1.655	44.432	1.432	41.912

(i) Processos cíveis - são pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

(ii) Processos trabalhistas - São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em

Notas Explicativas



especial o pagamento de “horas extras”. Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

(iii) Obrigações tributárias - O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 31 de março de 2015, são:

- **CPMF:** R\$2.284. Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o Banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de declarações relacionadas à CPMF. No mérito, é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **ITR:** R\$51. Trata-se de execução fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo Banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de execução fiscal já em curso. Os acertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do acerto definitivo da Certidão de Dívida Ativa (CDA). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

- **IPTU:** R\$428. Trata-se de um procedimento administrativo junto à Secretaria de Finanças de Belém/PA, visando regularizar, de forma definitiva, os supostos débitos de IPTU relativo a imóveis do patrimônio do Banco. A apuração encontra-se em análise pelo órgão fazendário, tendo em conta que o BAPARÁ já apurou o débito total cujo valor encontra-se devidamente resguardado pelo depósito administrativo efetivado para garantir a quitação dos débitos fiscais efetivamente devidos.

Movimentação das provisões:

	31.03.2015			31.12.2014		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do Trimestre	2.513	10.084	2.699	2.894	9.256	3.230
Atualização monetária	2.594	530	64	367	1.382	314
Constituições	46	283	-	859	1.206	-
Reversões	(42)	(20)	-	(665)	(439)	(845)
Pagamentos	-	(53)	-	(942)	(1.321)	-
No final do Trimestre	5.111	10.824	2.763	2.513	10.084	2.699

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco.

	31.03.2015		31.12.2014	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767	9.519.433	99,9767
Caixa de Previdência e Assistência aos funcionários do Banpará	755	0,0080	755	0,0080
Administradores	12	0,0001	12	0,0001
Demais Acionistas	1.449	0,0152	1.449	0,0152
Total	9.521.649	100,00	9.521.649	100,00

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANCO, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.445	2.204	9.521.649	0,0231

¹ Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

² Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

Notas Explicativas



14. Gestão de risco

No que diz respeito à gestão de riscos, o Banco desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basiléia e de forma alinhada às boas práticas de mercado, utilizando como processos contínuos o aprimoramento das políticas de gestão de riscos, sistemas de controles internos e normas de segurança, todos integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banco. Com vistas a tornar as análises dos Riscos Corporativos mais acuradas foram adotadas as seguintes ações para o período:

Risco de Mercado:

O Risco de Mercado origina-se da variação do valor dos ativos e passivos, causada por mudanças nos preços e taxas de mercado, mudanças na correlação entre eles e nas suas volatilidades. Para mensurar o risco de mercado o BANPARÁ calcula diariamente o valor em risco (VaR) para o horizonte de 1 dia, com 95% de confiança. A verificação da aderência do modelo de cálculo é realizada trimestralmente por análise de Backtesting, a qual valida a metodologia de cálculo que utiliza decaimento exponencial EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), tanto para cálculo do VaR quanto para cálculo de volatilidades, sendo esse decaimento também submetido à análise.

No decorrer do 1º trimestre de 2015, o VaR manteve-se abaixo do limite máximo de 5% do PR estabelecido na Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Mercado, tendo registrado, o valor máximo de 3,9%, em relação ao PR.

Análise de Sensibilidade:

O BANPARÁ acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira global, com estimativas do percentual da variação do valor de mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência, com utilização de choque nas taxas de juros que possam causar impactos na carteira do Banco. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados na carteira de negociação (Trading) e os ativos não classificados na carteira de negociação (Banking), para base do 1º Trimestre de 2015:

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

CENÁRIO 1 – situação provável tendo por base as variáveis de mercado como curvas Pré e TR impactadas, respectivamente, por choques paralelos, com base na variação das curvas de mercado para a respectiva data base com o período de 1 ano.

CENÁRIO 2 – situação de deterioração de 25% nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas Pré e TR para data base.

CENÁRIO 3 - situação de deterioração de 50% nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas pré e TR para data base.

		Mar/15			Dez/14		
Patrimônio de Referência		580.297.567,81			565.499.182,41		
Carteira	Fator de Risco	Cenários (Mil)			Cenários (Mil)		
		1	2	3	1	2	3
Trading	Pré	R\$ 239 92 Bp	R\$ 1.099 430 Bp	R\$ 1.931 768 Bp	R\$ 295 139 Bp	R\$ 968 463 Bp	R\$ 1.619 787 Bp
Banking	Pré	R\$ 69.626 92 Bp	R\$ 305.425 430 Bp	R\$ 513.739 768 Bp	R\$ 98.436 139 Bp	R\$ 309.042 463 Bp	R\$ 496.625 787 Bp
	TR	R\$ 239 6 Bp	R\$ 1.099 278 Bp	R\$ 1.931 549 Bp	R\$ 1.486 18 Bp	R\$ 18.446 249 Bp	R\$ 34.460 515 Bp

Referente ao risco cambial, o BANPARÁ realiza operações de troca de moedas, dólar e euro, porém em volume não significativo

Notas Explicativas**Risco de Crédito:**

O risco de crédito é o risco de perda que a instituição incorre quando há incapacidade pelo tomador ou contraparte de cumprir com as respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, bem como, desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, redução de ganhos ou remunerações, vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Para fins de classificação dos níveis de risco das operações de crédito do Banpará são utilizados os critérios consistentes e verificáveis dispostos na Resolução CMN Nº 2.682/99 acompanhados de provisão em montantes suficientes para fazer face às perdas esperadas na realização das operações.

Para uma melhor gestão do risco de crédito global, o Banco adota, também, um modelo proprietário que viabiliza a identificação das classes de riscos e categorias de clientes, onde são considerados fatores internos e externos permitindo maior acurácia no processo de mensuração, avaliação e mitigação desses riscos. O risco de default é minimizado devido às operações de crédito consignado e banparacard com o funcionalismo público estadual, em razão dos parâmetros para concessão dessas linhas e verificáveis pelos baixos índices de atraso/inadimplência e CBP.

A classificação de risco da carteira de crédito está concentrada, quase que em sua totalidade (90,17%) no nível A, considerado baixo nível de risco.

Na parcela referente à cobertura das exposições ao Risco de Crédito (RWACPAD), apurada mensalmente, verificamos acréscimo de aproximadamente 1,76% em relação a dezembro de 2014, em razão das variações ocasionadas pelo crescimento da carteira de crédito, bem como alteração dos procedimentos no cálculo das exposições ao risco de crédito sujeitas ao requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD).

	31.03.2015	31.12.2014
Total da Carteira de Crédito	3.132.424	3.036.475
RWA CPAD	2.709.492	2.662.621

Risco de Liquidez:

O Banco define Risco de Liquidez como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco. Para o gerenciamento do risco de liquidez, o Banco estabelece em sua Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, o limite mínimo de liquidez - LML e o pré-acionador do plano de contingência - PAPCo, este indica o momento do acionamento do plano de contingência em situações de crises de liquidez.

O Banco mantém o monitoramento diário da margem de liquidez, em cenário de normalidade e de estresse, utilizando-se a Asset Liability Management - ALM como ferramenta para gerenciar o fluxo de caixa (de acordo com a Resolução - CMN nº 4.090/2012 e a Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez do Banpará) e o Orçamento, que é uma ferramenta de planejamento dos ativos e passivos para médios e longos prazos, considerando-se ainda, as despesas da instituição.

Para a análise são considerados os cenários macroeconômicos e os eventos que possam impactar na condição de pagamento do Banco. A margem de liquidez em cenário de normalidade e de estresse é projetada para no mínimo 90 du. Os níveis de liquidez mantêm-se adequados aos compromissos assumidos.

Risco Operacional:

O Risco Operacional caracteriza-se pela possibilidade de ocorrência perdas procedentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, referentes a uma instituição financeira, dessa forma sendo necessária a sua gestão com a finalidade de monitoramento e deliberação de estratégias de controle, visando à identificação dos eventos de risco, avaliação e acompanhamento das ações junto às áreas, visando mitigar os riscos operacionais inerentes aos negócios, bem como atender à legislação pertinente, garantindo um desempenho institucional satisfatório e contribuindo na redução de eventos de perdas financeiras, conforme os preceitos da Resolução CMN nº 3.380, de 2006.

O Banco adota a metodologia da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (Apas) para a apuração dos ativos ponderados pelo risco operacional por abordagem padronizada (RWAopad), considerando nos cálculos o IE (Indicador de Exposição ao Risco Operacional) e o IAE (Indicador

Notas Explicativas

Alternativo de Exposição ao Risco Operacional), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular nº 3.640, de 04/03/2013, e Circular nº 3.675, de 31/10/2013, ambas divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Gerenciamento de capital:

Referente à exigência mínima de capital estabelecida pela autoridade monetária, que corresponde ao Índice de Basileia, cujo valor em conformidade com Basileia III espelha a relação entre o capital da instituição e as exposições aos riscos de suas operações, o Banco encerrou o 1º Trimestre de 2015 com índice de 19,19%, bem acima dos 11% estabelecidos pelo BACEN, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional.

O Banco mantém sua política, inclusive com informações adicionais sobre processos de controle de riscos no sítio: www.banpara.b.br, na rota: O BANPARA/ Relação com Investidores/ Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos.

Índice de Basileia	mar/15	dez/14
Patrimônio de Referência - PR	580.297	565.499
Nível I	580.297	565.499
Capital Principal	580.297	565.499
Capital Complementar	-	-
Nível II	-	-
Ativos Ponderados pelo Risco – RWA	3.024.052	2.912.040
Exposição ao Risco de Crédito - RWA _{CPAD}	2.709.492	2.662.622
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixadas- RWA _{JUR1}	4.047	3.420
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RWA _{CAM}	8.960	2.908
Exposição ao Risco Operacional - RWA _{OPAD}	301.551	243.090
Risco Banking - RBAN	65.284	52.151
Valor da Margem	183.367	193.024
Índice de Basileia Banpará - IB	19,19%	19,42%

15. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde**15.1 Plano de suplementação de aposentadoria**

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada pela Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco (CAFBEP), entidade fechada de previdência privada.

Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefícios denominado Prev-Renda, estruturados na modalidade de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios: (a) renda temporária - considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e (b) benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que 96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Prev-Renda.

São os seguintes os benefícios de complementação de aposentadoria:

a. Plano Básico de Benefício Definido (BD)

Plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Tem em vista assegurar aos seus participantes a suplementação de aposentadoria e pensão, pecúlio por morte e auxílio-reclusão. A partir da implantação do plano de benefícios denominado Prev-Renda, em 20 de

Notas Explicativas



dezembro de 2002, este Plano Básico de Benefícios passou a ser considerado Plano em extinção, não recebendo novas inscrições.

O plano de benefício definido é regido pelo regulamento do Plano Básico, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, composto pelos seguintes benefícios:

1. Suplementação de aposentadoria por invalidez;
2. Suplementação de aposentadoria por idade;
3. Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
4. Suplementação da pensão por morte;
5. Suplementação do auxílio-reclusão;
6. Suplementação do abono anual.

As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo.

Participantes assistidos	31.12.2014
Quantidade	19
Idade média (anos)	68
Benefício médio (R\$)	3.658
Pensionistas	
Quantidade	1
Idade média (anos)	67
Benefício médio	2.394

As principais premissas atuariais, atualizadas semestralmente, na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: RP-2000 por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: não aplicada, por inexistirem ativos;
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 por sexo;
- Tábua de serviço: não empregada por inexistirem ativos.

ii) Premissas econômicas:

- **Taxa real de desconto atuarial de longo prazo:** 6,17% ao ano, correspondente ao rendimento NTN-B com vencimento em 15/08/2020, selecionada em função do resultado do *duration* do passivo;
- **Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano (para apuração de ganhos e perdas do exercício):** 12,64% a.a, composta pela estimativa de inflação anual 5,96% a.a e pela taxa anual de juros (6,30% a.a), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2013.
- **Taxa nominal do custo dos juros (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 12,64% a.a composta pela estimativa de inflação anual (5,96%a.a) e pela taxa de juros (6,30%a.a), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2013.**
- **Taxa de rotatividade:** não aplicável;
- **Taxa real de progressão salarial:** não aplicável;
- **Taxa real de reajuste de benefícios:** 0,00%;
- **Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social:** 0,00%;
- **Fator de capacidade para salários:** 97,44%;
- **Fator de capacidade para benefícios:** 97,44%;
- **Taxa esperada de inflação no longo prazo:** 5,90% ao ano;
- **Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios:** 1,41% (INPC de setembro/12 a novembro/14).

iii) Outras Premissas:

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: **Não aplicada**
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: dados cadastrais informados pela entidade.

b. Plano Prev-Renda de Contribuição Definida (CD)

Plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. Compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício

Notas Explicativas

programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do Banco e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

O plano de contribuição definido é regido pelo regulamento do Plano Prev-Renda, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, compostos pelos seguintes benefícios:

- 1) Renda temporária;
- 2) Benefícios por morte e por invalidez do participante ativo ou autopatrocinado;
- 3) Benefícios por morte do participante em gozo de benefício;
- 4) Pecúlio por morte ou por invalidez.

As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo:

	31.12.2014
Participantes ativos	
Quantidade	973
Idade média (anos)	45
Salário médio (R\$)	5.774
Participantes assistidos	
Quantidade	252
Idade média (anos)	67
Benefício médio (R\$)	3.718
Pensionistas	
Quantidade	84
Idade média (anos)	56
Benefício médio	2.276

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000 por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: TASA 1927;
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 por sexo;
- Tábua de serviço: gerada pela combinação das probabilidades das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o método dos multidecrementos.

ii) Premissas econômicas:

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,17% a.a; correspondente ao rendimento NTN-B com vencimento em 15/08/2020, selecionada em função do resultado do duration do passivo.
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 12,64% a.a., composta pela estimativa de inflação anual 5,96% a.a e pela taxa anual de juros (6,30% a.a), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2013.
- Taxa de rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: 1,91% a.a.;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Fator de capacidade para salários: 97,44%;
- **Fator de capacidade para benefícios: 97,44%;**
- **Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5,90% ao ano;**
- **Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios: 1,41% (INPC de setembro/12 a novembro/14).**

iii) Outras Premissas:

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: **Não aplicada**
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: cônjuge do sexo feminino 3 anos mais jovem e 2 filhos dependentes.

15.2. Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o contido na Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

**a. Plano de Benefício Definido (BD)**

As obrigações atuariais em relação a este plano de Benefício Definido encontram-se parcialmente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2014 de R\$7.653 e ativo líquido de R\$6.768 tendo como resultado déficit atuarial em 31 de março de 2015, R\$885.

Obrigação atuarial Plano BD	31.03.2015	31.12.2014
Saldo inicial	885	456
Provisão	-	429
Reversão	-	-
Saldo final	885	885

b. Plano de Contribuição Definida (PREVRENDA - CD)

Os benefícios do Plano PREVRENDA estão estruturados em cotas, sendo reajustado pela variação da quota patrimonial, o que impede a ocorrência de insuficiências financeiras, além de serem concedidos como rendas temporárias, eliminando o risco de sobrevivência. Desta maneira, o risco atuarial inerente ao plano Prev-Renda está concentrado apenas no benefício a conceder, para o qual está previsto, nos casos de invalidez e morte, aporte de contribuições, que complementará o saldo da conta do participante, objetivando a concessão desses dois benefícios de risco.

Estímulo à migração

O Banco obrigou-se a conceder, a título de estímulo à migração de participantes do plano BD para o plano CD, o percentual de 16,3767% sobre a folha de salários dos Participantes Ativos, em 180 meses, tendo pago, até 31 de março de 2015, 148 parcelas, restando, ainda, 32 parcelas de R\$ 880 a liquidar. Esses valores foram reconhecidos de forma diferida, à taxa de 11,56% ao ano (6% + INPC acumulado no ano de 2014), estando totalmente provisionado, cujo passivo reconhecido, em 31 de março de 2015, é de R\$ 24.090 (R\$ 25.588 em 31 de dezembro de 2014). No 1º trimestre de 2015, o Banco efetuou contribuições a favor da CAFBEP, no montante de R\$ 639 (R\$ 861 no 1º trimestre do ano anterior).

c. Obrigações Sociais – Plano BD e CD

Obrigação atuarial Planos BD e CD	31.03.2015	31.12.2014
Plano BD	885	885
Plano CD	24.090	25.988
Total das obrigações sociais	24.975	26.873

16. Transações com Partes Relacionadas

As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas que variam de 101% a 110% do CDI.

As obrigações sociais e por convênios são correspondentes ao passivo atuarial do Banco, bem como a contrapartida na CAFBEP para o incentivo dado pelo Banco para a migração de planos de aposentadoria dos funcionários.

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	31.03.2015	31.12.2014
Estado do Pará		
Depósitos à vista – (Nota Explicativa nº 10 (c))	402.207	380.081
Depósitos a prazo – (Nota Explicativa nº 10 (c))	1.355.521	1.136.760
Caixa de previdência e assistência dos funcionários do Banpará - CAFBEP		
Depósitos à vista	18	64
Obrigações sociais e por convênio (Nota Explicativa nº 15.2(b))	24.975	26.873
	31.03.2015	31.03.2014
Remuneração com os administradores		
Diretoria	378	320
Conselho de Administração	66	56

Notas Explicativas



	31.03.2015	31.03.2014
Participação nos Lucros e Resultados		
Administradores	54	53

17. Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 31 de março de 2015, é de R\$89.441 (R\$89.441 em 31 de dezembro de 2014), é determinada em função de avaliação dos valores e riscos envolvidos.

18. Instrumentos financeiros

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros não derivativos, divulgados nas notas anteriores.

A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições.

Em 31 de março de 2015, o Banco não possuía qualquer saldo não registrado de operações dessa natureza.

19. Acordo de compensação e liquidação de obrigações

O Banco mantém com os Bancos: Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES, Banco Cooperativo SICREDI S.A - SICREDI Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Em 31 de março de 2015, a posição da obrigação do Banco, registrada nas contas de depósitos interfinanceiros, que envolve referido acordo é a seguinte:

IF	Modalidade da Operação	Data do Contrato	Vencimento da Obrigação	31.03.2015		Valor Total R\$
				Valor do DIR R\$	Juros Capitalizados R\$	
BANCOOB	CDI-PÓS	28.10.2014	22.06.2015	10.000	488	10.488
BANCOOB	CDI-PÓS	28.07.2014	21.12.2015	37.500	2.926	40.426
BANCOOB	CDI-PÓS	22.12.2014	21.12.2015	15.900	489	16.389
BANCOOB	CDI-PÓS	22.12.2014	21.12.2015	7.000	215	7.215
SICRED	CDI-PÓS	30.06.2014	22.06.2015	36.000	1.723	37.723
BANESTES	CDI-PÓS	23.06.2014	01.07.2015	37.000	3.303	40.303
TOTAL				143.400	9.144	152.544

IF	Modalidade da Operação	Data do Contrato	Vencimento da Obrigação	31.12.2014		Valor Total R\$
				Valor do DIR R\$	Juros Capitalizados R\$	
BANCOOB	CDI-PÓS	28.10.2014	22.06.2015	10.000	196	10.196
BANCOOB	CDI-PÓS	28.07.2014	21.12.2015	37.500	1.801	39.301
BANCOOB	CDI-PÓS	22.12.2014	21.12.2015	15.900	42	15.942
BANCOOB	CDI-PÓS	22.12.2014	21.12.2015	7.000	18	7.018
SICRED	CDI-PÓS	30.06.2014	22.06.2015	36.000	693	36.693
BANESTES	CDI-PÓS	23.06.2014	01.07.2015	37.000	2.181	39.181
TOTAL				143.400	4.931	148.331

20. Imposto de Renda, Contribuição Social e Crédito Tributário.**a. Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente**

DESCRIÇÃO	31.03.2015		31.03.2014	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	48.166	65.464	44.540	57.632
Juros s/Capital Próprio	-	-	(6.212)	(6.212)
Base de Cálculo	48.166	65.464	38.328	51.420
Adições (Exclusões)	56.674	39.420	37.481	24.389
Lucro Tributável antes das Compensações	104.840	104.884	75.810	75.810

Notas Explicativas



Compensação de Prejuízos Fiscais e Base Negativa	-	-	-	-
Base de Cálculo após Compensações	104.840	104.884	75.810	75.810
Alíquota Normal (15%)	15.726	15.733	11.371	11.371
Adicional do Imposto de Renda (10%)	10.478	-	7.575	-
Valores Devidos	26.204	15.733	18.946	11.371
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(34)	-	(31)	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(64)	-	(12)	-
Vale Cultura	(106)	-	-	-
IR e CSLL a Pagar	26.000	15.733	18.904	11.371

b. Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativados

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 115.973 mil, relativo às diferenças temporárias de Provisão p/Créditos em Liquidação, ativadas em 2011, 2012, 2013 e 2014, sendo R\$ 74.223 mil decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e R\$ 41.750 mil decorrentes da aplicação da alíquota de 15% de CSLL sobre a base de Operações de Créditos em Liquidação.

O procedimento de baixas dos créditos registrado no Ativo Fiscal Diferido das Provisões p/Créditos em Liquidação será realizado com base nas Perdas transferidas para CBP, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular BACEN nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o trimestre findo em 31 de março de 2015:

Créditos Tributários	Saldo 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo 31/03/2015
Diferença Temporária - IRPJ	76.832	-	(2.609)	74.223
Diferença Temporária - CSLL	43.315	-	(1.565)	41.750
Total	120.147	-	(4.174)	115.973

O controle dos saldos que compõem a base de Provisões p/Créditos em Liquidação, encerrou 31 de março de 2015 com a composição demonstrada a seguir:

Base das Diferenças Temporárias	Saldo 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo 31.03.2015	Crédito Tributário
Provisão p/Créditos em Liquidação	464.026	59.591	-	523.617	212.432
Total das Adições Temporárias	464.026	59.591	-	523.617	212.432

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de Créditos Tributários ativos provenientes de Provisão p/Créditos em Liquidação:

Notas Explicativas

**Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

Projeção de realização	2015	2016	2017	2018	2019	2020 2024	a	Total
Crédito Tributário de I.R	8.621	8.146	8.039	7.933	7.829	33.655		74.223
Crédito Tributário de C. Social	4.764	4.593	4.532	4.473	4.414	18.974		41.750
Total dos créditos	13.385	12.739	12.571	12.406	12.243	52.629		115.973
Taxa média de captação a.a. (%)	10,23%	8,84%	8,30%	7,84%	7,90%			
Valor presente do crédito tributário	11.793	10.312	9.397	8.599	7.864			

c. Créditos Tributários Não Ativados

O Banco possui registrados Créditos Tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 79.038, conforme demonstrado, desses, R\$ 54.995 são provenientes de Provisão p/Créditos em Liquidação. Em 31 de março de 2015, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Descrição	Saldo 31.12.2014	Realização	Constituição	Saldo 31.03.2014	Crédito tributário
Provisão para Créditos em Liquidação	77.896	-	59.591	137.487	54.995
Provisão para Outros Créditos	36.966	(164)	-	36.802	14.411
Provisão para Passivos Trabalhistas	2.513	-	2.598	5.111	2.044
Provisão para Ações Cíveis	10.085	-	739	10.824	4.329
Prejuízos em Operações Swap	516	-	-	516	129
Provisão para Riscos Fiscais	2.699	-	64	2.763	1.105
Provisão para Outros Valores e Bens	5.264	(416)	-	4.848	2.025
Total das Adições Temporárias	135.939	(580)	62.992	198.351	79.038

21. Outras receitas e despesas**21.1 Outras receitas/despesas operacionais:**

Outras receitas operacionais	31.03.2015	31.03.2014
Recuperação de encargos e despesas	9	11
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.106	1.484
Serviços técnicos - excesso de provisão	144	-
Ordem de Pagamento em Moeda Estrangeira	352	-
Provisão p/ férias licença prêmio e 13º salário	-	409
Outros Créditos de Liquidação	290	-
Outros	28	11
Total	2.929	1.915

Outras despesas operacionais	31.03.2015	31.03.2014
Despesa de carteira imobiliária	343	15
Despesas descontos concedidos	18	25
Desp. de atual. de impostos e contribuição	64	102
Desp. de atual. monetária de valores passivos	38	29
Despesas de atualização de ações judiciais	3.124	401
Despesas de ações judiciais	302	259
FCVS - Ajuste Rap/ Refin	-	171
Despesas de Variação e Dif. de Taxa	677	-
Ordem de Pagamento em Moeda Estrangeira	706	-
Outros Créditos	282	-
Outras	5	73
Total	5.559	1.075

Notas Explicativas

**21.2 Outras receitas/despesas não operacionais**

Outras receitas não operacionais	31.03.2015	31.03.2014
Desvalorização de outros valores	416	-
Lucros em transações com valores mobiliários	61	-
Outras receitas não operacionais	160	239
Total	637	239

Outras despesas não operacionais	31.03.2015	31.03.2014
Insubstituições ativas	413	50
Prejuízo na alienação de valores	97	-
Roubos por assalto	-	609
Outras despesas não operacionais	72	7
Total	582	666

21.3 Receitas de prestação de Serviços

Receita de Prestação de Serviços	31.03.2015	31.03.2014
Administração de Fundos	52	53
Administração de Fundos - Desenvolvimento	723	61
Transferências de Fundos	299	238
Rendas de Cobranças	1	1
Pacotes de Serviços	7.459	6.255
Rendas de Serviços Diferenciados	173	177
Rendas de Outros Serviços	1.561	1.892
Total	10.268	8.677

21.4 Rendas de tarifas bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	31.03.2015	31.03.2014
Confecção de Cadastro	14	66
Exclusão de Cadastro do Emitente	96	134
Contra Ordem	32	46
Fornecimento de Folhas de Cheques	63	72
Saque de Conta Depósito	335	325
Transferências por meio DOC	249	-
Transf. Entre Contas da Própria	15	-
Fornecimento de Extrato Mensal	90	60
Concessão de Adiantamento	225	208
Cartão de Crédito Básico	619	314
Contas de Depósitos	320	176
Cadastro	18	-
Transferências de Recursos	87	274
Operações de Crédito	54	52
Outras Rendas	886	1.543
Convênios	2.148	1.260
Total	5.251	4.530

21.5 Despesas de pessoal

Despesas de Pessoal	31.03.2015	31.03.2014
Honorários	480	407
Benefícios	9.103	6.797
Encargos Sociais	14.626	10.429
Proventos	31.699	25.925
Treinamento	406	407
Renumeração de Estagiários	2.596	201
Total	56.570	44.166

Notas Explicativas**21.6 Outras despesas administrativas**

Outras Despesas Administrativas	31.03.2015	31.03.2014
Água e Energia	1.541	881
Aluguéis	2.255	1.435
Comunicações	6.581	5.189
Manutenção e Conservação de Bens	1.754	1.221
Material	661	399
Processamento de Dados	10.369	7.791
Promoções e Relações Públicas	1.495	788
Propaganda e Publicidade	861	1.094
Publicação	287	222
Serviços do Sistema Financeiro	2.877	1.517
Serviços de Terceiros	6.370	6.266
Serviços de Vigilância	7.385	5.087
Serviços Técnicos Especializados	1.340	2.859
Transportes	3.468	2.592
Outras Despesas Administrativas	1.068	985
Outros	5.014	4.076
Total	53.326	42.402

21.7 Despesas tributárias

Despesas Tributárias	31.03.2015	31.03.2014
Contribuição ao PIS/PASEP	1.473	1.241
Contribuição ao COFINS	9.005	7.630
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza- ISS	763	649
Despesas Tributárias	392	409
Total	11.633	9.929

22. Outras informações:**22.1 Resultado abrangente (Resolução CFC nº 1.185/09 e o CPC 26)**

Em 31 de março de 2015 não houve modificações no Patrimônio Líquido do Banco que não aquelas resultantes de investimentos dos sócios e ou distribuições aos sócios.

22.2 Relacionamento com Auditores Independentes

Os auditores independentes até 31 de março de 2015, não prestaram outros serviços que não os relacionados a auditoria externa.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração e aos acionistas do
Banco do Estado do Pará S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco do Estado do Pará S.A é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar para fins de IFRS, que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 15 de maio de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE